

À acionista

A SRMN Holding S.A. (SRMN Holding ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 03 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

SRMN HOLDING S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 30.656.993/0001-15



1. A Companhia

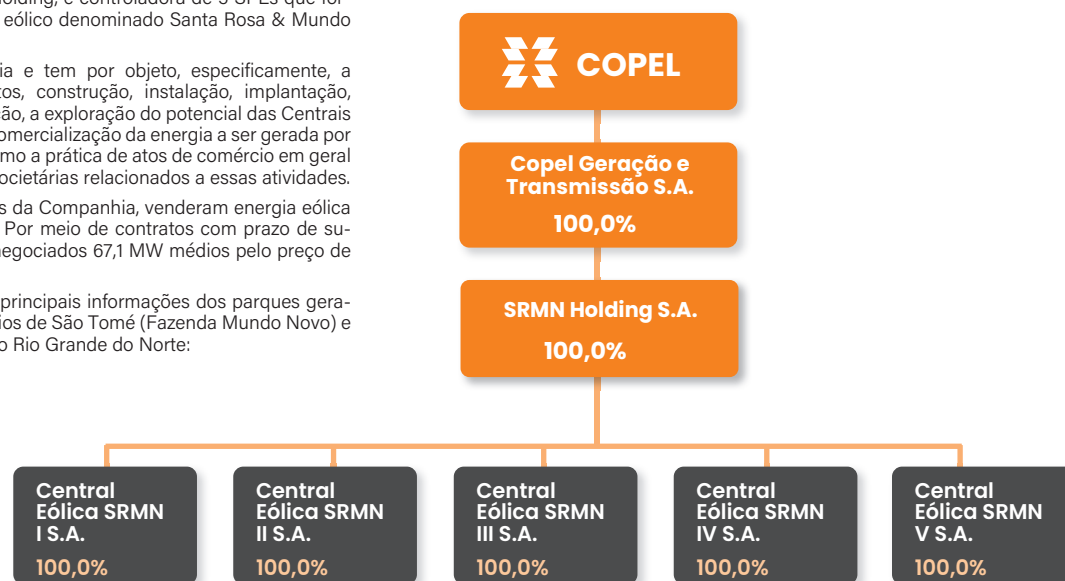
Constituída em junho de 2018, a Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) desde 30.01.2023, após aquisição de seu controle junto a EDP Renováveis. Na condição de Holding, é controladora de 5 SPEs que formam um complexo de parque eólico denominado Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN).

Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial das Centrais Eólicas SRMN I, II, III, IV e V a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral e de gestão de participações societárias relacionados a essas atividades.

Em 20.12.2017, as 5 controladas da Companhia, venderam energia eólica no Leilão de Energia 05/2017. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 67,1 MW médios pelo preço de R\$ 108,25/MWh.

A seguir são apresentadas as principais informações dos parques geradores, localizados nos municípios de São Tomé (Fazenda Mundo Novo) e Lajes (Fazenda Santa Rosa), no Rio Grande do Norte:

2. Organograma societário em 31.12.2024



Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Central Eólica SRMN I S.A.	33,6	17,3	124,3	143,6	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	29,4	17,2	134,4	143,6	30.11.2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	33,6	21,5	161,0	143,6	05.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	33,6	21,0	153,9	143,6	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	25,2	15,8	103,9	143,6	17.12.2021	03.06.2053
Total das Eólicas	155,4	92,8	677,5			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2024.
(2) Preço atualizado até dezembro/2024.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Consolidado	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	797.377	808.809	(1,4)
Caixa e equivalentes de caixa	67.631	34.551	95,7
Títulos e valores mobiliários	14.731	18.623	(20,9)
Dívida total	530.021	542.722	(2,3)
Dívida líquida	447.659	489.548	(8,6)
Receita operacional bruta	127.187	113.754	11,8
Deduções da receita	(21.865)	(7.676)	184,8
Receita operacional líquida	105.322	106.078	(0,7)
Custos e despesas operacionais	(57.812)	(43.337)	33,4
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.510	62.741	(24,3)
Ebitda ou Lajida (a)	81.065	87.598	(7,5)
Resultado financeiro	(35.339)	(40.223)	12,1
IRPJ/CSLL	(5.805)	(4.190)	38,5
Lucro (Prejuízo) operacional	4.959	14.788	(66,5)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(846)	10.598	(108,0)
Patrimônio líquido	215.295	223.692	(3,8)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,1	27,3
Liquidez geral (índice)	0,2	0,1	100,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	77,0	82,6	(6,8)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	246,2	242,6	1,5
Margem operacional (lucro ou prejuízo operacional/receita operacional líquida) (%)	4,7	13,9	(66,2)
Margem líquida (lucro líquido ou prejuízo/receita operacional líquida) (%)	(0,8)	10,0	(108,0)
Participação de capital de terceiros (%)	73,0	72,3	1,0
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	(0,4)	9,2	(104,3)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.321	1.566	67.631	34.551
Clientes	5	-	-	13.797	14.660
Dividendos a receber		1.314	2.971	-	-
Outros créditos		-	-	2.236	3.228
Estoques		-	-	-	2.079
Imposto de renda e contribuição social		37	-	353	136
Despesas antecipadas		4	3	1.080	169
		4.676	4.540	85.097	54.823
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo		-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	14.731	18.623
Partes relacionadas	9	-	-	-	11
		-	-	14.732	18.634
Investimentos	7	210.655	221.675	-	-
Imobilizado	8	-	-	692.776	730.670
Intangível		-	-	4.772	4.682
		210.655	221.675	712.280	753.986
TOTAL DO ATIVO		215.331	226.215	797.377	808.809

Balancos Patrimoniais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	-	2	502	790
Fornecedores	10	7	4	21.474	28.748
Imposto de renda e contribuição social		27	-	1.325	929
Outras obrigações fiscais		2	-	545	507
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	15.898	14.258
Dividendos a pagar		-	2.517	-	2.517
Obrigação pela não performance de geração de energia	19.2.4	-	-	20.846	3.623
Outras contas a pagar	13	-	-	1.362	488
		36	2.523	61.952	51.860
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	495	199
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	514.123	528.464
Outras contas a pagar	13	-	-	4.242	3.020
Provisões para litígios	12	-	-	1.270	1.574
		-	-	520.130	533.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	14.1	206.388	206.388	206.388	206.388
Reserva legal	14.2	1.056	1.056	1.056	1.056
Reserva de retenção de lucros	14.2	7.851	8.697	7.851	8.697
Dividendo adicional proposto	14.3	-	7.551	-	7.551
		215.295	223.692	215.295	223.692
TOTAL DO PASSIVO		215.331	226.215	797.377	808.809

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	105.322	106.078
Custos Operacionais					
Custos Operacionais	16	-	-	(57.812)	(43.337)
		-	-	(57.812)	(43.337)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	47.510	62.741
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	16	-	-	(7)	(14)
Despesas gerais e administrativas	16	(190)	(84)	(6.671)	(6.773)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	-	-	(534)	(943)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(793)	10.682	-	-
		(983)	10.598	(7.212)	(7.730)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(983)	10.598	40.298	55.011
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	17	175	-	5.822	3.113
Despesas financeiras		-	-	(41.161)	(43.336)
		175	-	(35.339)	(40.223)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(808)	10.598	4.959	14.788
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	18	(38)	-	(5.509)	(3.991)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(296)	(199)
		(38)	-	(5.805)	(4.190)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(846)	10.598	(846)	10.598
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO AÇIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais					
Ações ordinárias	14.4	(0,00206)	0,02597	-	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(846)	10.598	(846)	10.598
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(846)	10.598	(846)	10.598

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	NE nº	Reservas de Lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	
Saldo em 1º de janeiro de 2023		206.388	527	8.697	-	215.612
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.598
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.3	-	529	-	-	(529)
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	-	-	-	-	(2.518)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	7.551	(7.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		206.388	1.056	8.697	7.551	223.692
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(846)
Deliberação de dividendo adicional proposto		-	-	-	(7.551)	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	14.3	-	-	(846)	-	846
Saldo em 31 de dezembro de 2024		206.388	1.056	7.851	-	215.295

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(846)	10.598	(846)	10.598
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		-	-	40.773	43.178
Imposto de renda e contribuição social		38	-	5.509	3.991
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	296	200
Resultado da equivalência patrimonial		71	793	(10.682)	-
Depreciação		81	-	-	33.557
Provisão de não performance de geração		19.2.4	-	-	17.223
Resultado das baixas de intangível		-	-	-	304
Resultado das baixas de imobilizado		81	-	-	6.109
		(15)	(84)	102.925	82.821
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	863	(10.068)
Dividendos recebidos		11.884	756	-	-
Outros créditos		-	3	992	6.503
Estoques		-	-	2.079	(64)
Imposto de renda e contribuição social		(37)	-	(217)	(58)
Outros tributos a recuperar		-	-	-	5.857
Despesas antecipadas		(1)	(3)	(911)	(18)
Partes relacionadas		-	-	11	5.474
		11.846	756	2.817	7.626
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		(2)	2	(288)	790
Fornecedores		3	(17)	(7.274)	(3.022)
Outras obrigações fiscais		2	-	38	(5.520)
Outras contas a pagar		-	-	1.150	895
		3	(15)	(6.374)	(3.594)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.834	657	99.368	86.853
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11)	-	(5.113)	(4.351)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11	-	-	(41.794)	(45.268)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.823	657	52.461	37.234
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	3.892	(1.724)
Aquisições de intangível		-	-	(804)	-
Aquisições de imobilizado	8.1	-	-	(720)	(44.656)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	-	2.368	(46.380)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11	0	-	(11.681)	(14.340)
Dividendos pagos		(10.068)	-	(10.068)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(10.068)	-	(21.749)	(14.340)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.755	657	33.080	(23.486)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.566	909	34.551	58.037
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.321	1.566	67.631	34.551
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.755	657	33.080	(23.486)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A SRMN Holding S.A. (SRMN, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) desde 30.01.2023. Tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Em 20.12.2017, a Companhia e suas controladas venderam 67,1 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio dos projetos de geração eólica SRMN I, II, III, IV e V localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, ao preço à época de R\$ 108,25/MWh.

1.1 Participações societárias

Usina eólica	Autorização	Início operação comercial	Vencimento
Central Eólica SRMN I S.A.	Despacho Aneel nº 387/2022	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	Despacho Aneel nº 3.827/2021	30.11.2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	Despacho Aneel nº 11/2022	05.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	Despacho Aneel nº 4.218/2021	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	Despacho Aneel nº 4.056/2021	17.12.2021	03.06.2053

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 03.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 18 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nº 3.7 e 21 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de flux

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuam componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registradas em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstruído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constituiu ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback"; e
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.9 Novas normas que ainda não entram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) QPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

A taxa média de depreciação é de 4,50% a.a. (4,50% em 2023).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos

9. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante				
Controladas				
Central Eólica SRMN II S.A. - dividendos	146	620	-	-
Central Eólica SRMN III S.A. - dividendos	438	908	-	-
Central Eólica SRMN IV S.A. - dividendos	730	1.202	-	-
Central Eólica SRMN V S.A. - dividendos	-	241	-	-
	1.314	2.971	-	-
Ativo não circulante				
Entidade sob controle comum				
Central Eólica Aventura S.A.	-	-	-	11
	-	-	-	11
Passivo circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão - dividendos	-	2.517	-	2.517
Controlador (a)				
Copel Geração e Transmissão	-	2	372	591
Entidade sob controle comum (a)				
Copel Distribuição S.A.	-	-	128	163
Cutia Empreendimentos Eólicos S. A.	-	-	-	36
	-	2.519	500	3.307

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.				
Venda de energia	6.808	7.312	-	-
Copel Comercialização S.A.				
Compra e venda de energia	3.442	-	(6.088)	-
Pessoal chave da administração (a)				
Honorários e encargos sociais	-	-	(1.987)	(1.278)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	(297)	(161)

a) A Companhia e suas controladas não possuem planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

10. Fornecedores

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	20.969	28.389
Encargos de uso da rede elétrica	505	359
	Circulante	21.474
		28.748

11. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB tiveram o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Empresa	Garantias (a)	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Central Eólica SRMN I S.A.		114.714	117.161
Central Eólica SRMN II S.A.		99.422	101.752
Central Eólica SRMN III S.A.		115.090	118.104
Central Eólica SRMN IV S.A.		117.328	119.697
Central Eólica SRMN V S.A.	Fiança Bancária	85.212	87.849
	Dívida bruta	531.766	544.563
	(-) Custo de transação	(1.745)	(1.841)
	Dívida líquida	530.021	542.722
	Circulante	15.898	14.258
	Não circulante	514.123	528.464

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Consolidado	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2026	16.013	(94)	15.919
2027	17.309	(94)	17.215
2028	18.700	(97)	18.603
2029	20.090	(94)	19.996
2030	21.338	(97)	21.241
Após 2030	422.321	(1.172)	421.149
	515.771	(1.648)	514.123

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2023	559.152
Encargos	43.180
Amortização - principal	(14.340)
Pagamento - encargos	(45.270)
Em 31.12.2023	542.722
Encargos	40.774
Amortização - principal	(11.681)
Pagamento - encargos	(41.794)
Em 31.12.2024	530.021

11.3 Cláusulas contratuais restritivas – covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia.

12.1 Provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 01.01.2023	Adições e Reversões	Saldo em 31.12.2023	Adições e Reversões	Quitação	Saldo em 31.12.2024
Trabalhistas	-	-	33	(33)	-	-
Serviços de passagem (a)	-	1.574	1.574	(304)	-	1.270
	-	1.574	1.574	(271)	(33)	1.270

(a) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de serviço avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

12.2 Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 a Companhia e suas controladas possuem R\$ 34 de passivos contingentes de natureza trabalhista.

13. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	3.686	2.462
Seguro - Prêmios a pagar	1.238	-
Outras obrigações	680	1.046
	5.604	3.508
	Circulante	1.362
	Não circulante	4.242
		3.020

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 81). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024, no valor de R\$ 206.388 (R\$ 206.388 em 31.12.2023), é composto por 408.097.154 (408.097.154 em 31.12.2023) de ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

14.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social. A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	(846)	10.598
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	846	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	-	10.598
Reserva legal (5%)	-	(529)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	10.069
Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.518
Dividendos adicionais propostos	-	7.551
Total de dividendos	-	10.069
Valor do dividendo por ação	-	0,061708

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	5	1.566	3.131	6.850
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.316	-	64.500	27.701
	3.321	1.566	67.631	34.551

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 100,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Categoria	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo	
				31.12.2024	31.12.2023
Concessionárias e permissionárias					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	9.579	242	7	9.828	11.436
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	900	-	-	900	762
Contratos bilaterais	3.071	-	-	3.071	2.462
Suprimento de energia elétrica	13.550	242	7	13.799	14.660
(-) Perdas de créditos esperadas	(2)	-	-	(2)	-
	13.548	242	7	13.797	14.660
				Circulante	13.797
					14.660

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos (a)	14.731	18.623
	Não circulante	14.731
		18.623

(a) Contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos de financiamento.

7. Investimentos

	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023	Equivalência Patrimonial	Deliberação dividendo adicional proposto	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024
Central Eólica SRMN II S.A.	54.896	2.610	(619)	56.887	614	(1.859)	(145)	55.497
Central Eólica SRMN III S.A.	42.914	3.849	(908)	45.855	1.843	(2.723)	(437)	44.538
Central Eólica SRMN IV S.A.	39.749	5.062	(1.201)	43.610	3.075	(3.607)	(730)	42.348

14.4 Resultado Líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Prejuízo (Lucro) Líquido	(846)	10.598
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	408.097.154	408.097.154
Resultado líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Resultado por ação ordinária	(0,00206)	0,02597

15. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Bilaterais	120.252	111.850
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	6.935	1.904
(-) Provisão/Reversão para não performance de geração (NE 19.2.4)	(17.223)	(3.623)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(4.642)	(4.053)
	105.322	106.078

16. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas		
	31.12.2024	31.12.2023	
Pessoal e administradores	(2)	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(173)	(173)	(67)
Outras despesas operacionais	(15)	(15)	(13)
	(190)	(190)	(82)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda	(10.797)	-	-	-	(10.797)	(3.499)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.878)	-	-	-	(1.878)	(2.922)
Pessoal e administradores	-	-	(1.987)	-	(1.987)	(1.278)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(297)	-	(297)	(161)
Material	(670)	-	-	-	(670)	(554)
Serviços de terceiros	(9.592)	-	(1.362)	-	(10.954)	(12.497)
Depreciação e amortização	(33.555)	-	-	-	(33.555)	(24.857)
Provisões e reversões	-	(7)	-	(33)	(40)	(14)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.320)	-	(3.024)	(501)	(4.845)	(5.285)
	(57.812)	(7)	(6.670)	(534)	(65.024)	(51.067)

16.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2024
Imóveis	2.506	10.295	67.856	80.657

No saldo de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.746	3.090
Juros recebidos	76	12
Outras receitas financeiras	-	11
	5.822	3.113
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	40.774	43.179
Outras despesas financeiras	387	157
	41.161	43.336
Líquido	(35.339)	(40.223)

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Bilaterais	120.252	120.252	111.850	111.850
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	6.935	6.935	1.904	1.904
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	10.175	15.262	9.100	13.650
Receita Financeira	5.647	5.647	3.113	3.113
(-) Receita Financeira Provisionada	(704)	(704)	(3.424)	(3.424)
Base de cálculo Receita Financeira	4.943	4.943	(311)	(311)
(=) Base de cálculo	15.118	20.205	8.789	13.339
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	3.683	1.826	2.173	1.201
Reflexo de tributos de períodos anteriores	-	-	436	181
Alíquota Efetiva	3,06%	1,52%	2,33%	1,24%
Receita Financeira Provisionada	872	872	584	584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218	78	146	53

18.1 Reforma tributária do consumo

A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a Reforma Tributária do Consumo no Brasil. A Lei Complementar nº 214, sancionada em 16.01.2025, regulamenta parcialmente a reforma, que ainda depende da conclusão da regulamentação no Senado. No setor elétrico, o diferimento da tributação minimizará os impactos, mas os efeitos completos só serão conhecidos após a regulamentação completa do novo sistema tributário. Não há impacto nas demonstrações financeiras de 2024

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	3.321	3.321	1.566	1.566
Total dos ativos financeiros			3.321	3.321	1.566	1.566
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		7	7	4	4
Total dos passivos financeiros			7	7	4	4

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	67.631	67.631	34.551	34.551
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	14.731	14.731	18.623	18.623
			82.362	82.362	53.177	53.177
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		13.797	13.797	14.660	14.660
			13.797	13.797	14.660	14.660
Total dos ativos financeiros			96.159	96.159	67.837	67.837
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		21.474	21.474	28.748	28.748
Empréstimos e financiamentos (c)	11		531.766	531.766	544.563	544.563
Total dos passivos financeiros			553.240	553.240	573.311	573.311

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	67.631	34.551
Títulos e valores mobiliários (a)	14.731	18.623
Clientes (b)	13.797	14.660
	96.159	67.834

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico material de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto a CCEE.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2024						
Fornecedores	21.165	309	-	-	-	21.474
Empréstimos e financiamentos	2.631	4.902	26.558	141.636	817.560	993.287
	23.796	5.211	26.558	141.636	817.560	1.014.761

Conforme divulgado na NE no 12, a Companhia tem empréstimo e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuem as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo

de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic de 15,00%, IPCA: 5,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2024	Cenários Projetados - dez/2024		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	14.731	2.173	1.629	1.087
		14.731	2.173	1.629	1.087
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	IPCA+2,57%	(531.766)	(29.247)	(36.458)	(43.871)
		(531.766)	(29.247)	(36.458)	(43.871)

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2024 em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (constrained-off). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos, de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico. A questão é conhecida no setor elétrico como *curtailment*.

Em dezembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) acatou os argumentos da ABEEólica - Associação Brasileira

de Energia Eólica e ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica e determinou que a CCEE realizasse os pagamentos de compensações aos geradores na liquidação do mercado de curto prazo subsequente. Essa medida não foi cumprida pois a CCEE justificou que aguardava a definição das regras por parte da Aneel. Em julho, antes de qualquer regulamentação, a Aneel conseguiu a suspensão da decisão, argumentando ausência de urgência que justificasse a liminar. Em dezembro de 2024, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) decidiu liminarmente que os geradores têm direito ao ressarcimento pela energia não gerada devido a determinações do ONS (curtailment), restabelecendo a liminar anterior, porém sem retroagir ao momento em que foi suspensa anteriormente. Essa decisão dispõe que os geradores das fontes eólicas e solar voltem a ser compensados por eventos por restrição de operação, com efeitos futuros.

A Aneel recorreu da decisão e, em 22.01.2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou procedente o pedido e suspendeu novamente a liminar concedida. Na decisão, o STJ argumenta que os prejuízos decorrentes do curtailment não podem ser repassados aos consumidores sem um exame mais aprofundado a respeito da tese relativa aos riscos inerentes da atividade empresarial. Considerando que a liminar foi derrubada antes da primeira liquidação financeira (que ocorreria no início de fevereiro), os geradores não chegaram a ser ressarcidos pelos cortes de geração realizados desde então. A ação judicial aguarda o julgamento do mérito.

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2023	-	-	-
Provisão/Reversão	-	3.623	3.623
Transferências	3.623	(3.623)	-
Em 31.12.2023	3.623	-	3.623
Provisão/Reversão	-	17.045	17.045
Transferências	17.045	(17.045)	-
Atualização	178	-	178
Em 31.12.2024	20.846	-	20.846

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	-	-	530.021	542.722
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.321)	(1.566)	(67.631)	(34.551)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(14.731)	(18.623)
Dívida líquida	(3.321)	(1.566)	447.659	489.548
Patrimônio líquido	215.295			

Aos Administradores e Acionistas SRMN Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SRMN Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 03 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

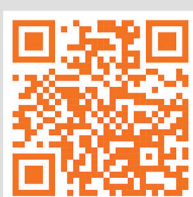
Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

HÁ 70 ANOS, O PARANÁ AVANÇA COM A FORÇA DA COPEL

COPEL.COM/70



Saiba mais:



A Copel chega aos 70 anos como a maior empresa do Paraná e uma das mais inovadoras do Brasil, com energia 100% renovável. E comemora com o maior investimento da história: R\$ 2,5 bilhões em 2025 para dobrar a oferta de energia em todas as regiões do Paraná. Copel, movida a futuro.

